



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/PF/TO

ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08297.001442/2022-11

1. PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS A CONTRATAÇÃO

- As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Legislação Urbanística da cidade de Araguaína/TO;
- Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A Polícia Federal recebeu da SPU um terreno para a construção de uma sede própria no município de Araguaína/TO. Ressalta-se que, inclusive, está em andamento a contratação dos projetos para a construção que está prevista para se iniciar em 2023, conforme Relatório PLANOB 2022 (21489338).
- Entretanto, o terreno é oriundo do desmembramento de uma chácara, tendo gerado 4 novos imóveis: Chácara nº 507-A, Chácara nº 507-B, Chácara nº 507-C e Remanescente. A Chácara nº 507-C foi destinada à Polícia Federal e o Remanescente é ocupado pelo DNIT, mas as Chácaras nº 507-A e 507-B são alvo de disputa, tendo ocorrido uma invasão por um movimento social.
- Nas chácaras em comento estão sendo construídas casas populares de participantes do movimento, havendo o risco de construções irregulares na área pertencente à Polícia Federal, já que não há uma delimitação física no local.
- Com tudo isso exposto, o Relatório PLANOB 2022 (21489338) destinou um valor para a construção de um muro delimitando o terreno.
- A Licitação será do tipo Menor Preço e adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

- O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição.
- Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior, que um dos objetivos institucionais para otimização no emprego de bens e recursos materiais, deveria ser a adoção de ação estratégica para modernizar e manter a infraestrutura, sistematizando e implementando processos, procedimentos,

técnicas e metodologias para manter toda a parte logística, inclusive as afetadas por cargos extintos ou extinção, desenvolvendo suas atribuições em perfeito funcionamento, garantindo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal.

- É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, protegendo o patrimônio da União e possibilitando a futura construção sem interferências indesejadas;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação dos serviços têm por objetivo a construção do muro para cercar o terreno que abrigará a delegacia de Araguaína com extensão de 401,14 metros linear, 2,70 metros de altura totalizando 1.083,08 m² de obra vista em corte (lateralmente).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- A solução viável para contratação do serviço é através de Tomada de Preço - Menor Preço.
- Em relação à duração dos futuros contratos, o contrato deverá ter duração de 12 (doze) meses, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.
- Justifica-se a modalidade Tomada de Preço uma vez que é permitida por lei tendo em vista o valor previsto e adotada em casos similares dentro da Polícia Federal e outros órgãos no mercado, e se apresentou até então como opção viável para a contratação de serviços de engenharia, tal como a contratação do Projeto Executivo da Nova Sede da SR/PF/SE (SEI nº 08520.003059/2021-25), além de permitir um maior controle do processo, uma vez que compreende a habilitação prévia de licitantes, a verificação dos dados constantes em certificados de registro e, quando necessário, a averiguação da real capacidade operativa e financeira do licitante.
- Ademais, a solução se insere em Tomada de Preço visto que o valor previsto de R\$ 665.357,97 encontra-se abaixo do limite de R\$ 1,5 milhão para obras e serviços de engenharia e se insere no tipo Menor Preço tendo em vista que o corpo técnico entende que os valores de construção de um muro com orçamento baseado em planilhas e orçamentos consolidados não devem ter valores muito altos ou muito baixos, mas por se tratar de um serviço de engenharia com montante considerável e envolvendo etapas sequenciais de serviços, que devem ser bem planejados, também devem contar com certa heterogeneidade de valores.
- Por fim, se insere pelo Regime de Empreitada Global tendo em vista que os quantitativos são mensurados com boa margem de precisão com base em índices e planilhas orçamentárias consolidadas.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS

O valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base no SINAPI e, quando não previsto nessa referência, com levantamento de preços do mercado, conforme planilha orçamentária, perfazendo o montante de **R\$ 665.357,97 (seiscentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos).**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de construir o muro no entorno do terreno da Delegacia de Polícia Federal em Araguaína/TO;
- A gestão deverá ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Projeto Básico, anexados ao corpo desse processo administrativo;
- A solução adotada conta com a contratação de empresa para construção do muro para cercar o terreno que abrigará a Delegacia de Polícia Federal de Araguaína, que tem por finalidade de melhor definir os limites do terreno como condição prévia para iniciar a construção da nova sede.
- Vale ressaltar que o muro conta com aproximadamente 818,93m² de alvenaria e 75m de gradil, todos construídos/instalados conforme os padrões exigidos pela Polícia Federal, conforme dispostos no Anexo II – Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI nº 24413434) e Anexo XIV – Memorial de Cálculo (SEI nº 24971885).

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- Com vista a eficiência do objeto a ser contratado, optou-se pelo não parcelamento, uma vez que trata-se de um único item a ser executado: o muro. Este corpo técnico entende que um muro, para sua execução, engloba serviços feitos de forma continuada e que não demanda tecnologias sofisticadas, tais como os citados no Anexo XIII - Orçamento Resumido (SEI nº 24971923): demolição, fundação, estrutura, alvenaria, gradil e revestimento, ou seja, serviços que precisam ser executados sequencialmente e que o parcelamento prejudicaria sua continuidade, tornando-se técnica e economicamente inviável.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisa ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo;

Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e manifestações da Consultoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo;

O contrato a ser firmado visa atender às necessidades futuras do órgão no que se refere à disponibilidade do terreno sem interferências para a execução da edificação no ano de 2023, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Tocantins.

Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim resguardar seu terreno de possíveis invasores.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Para a execução do contrato, não há a necessidade de adequações físicas no prédio do órgão, já que a contratação visa a construção no terreno que atualmente não está ocupado.

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para a manutenção do terreno da Polícia Federal. Isso possibilitará a construção de uma nova sede, e assim um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

Palmas/TO, na data da assinatura eletrônica

(Assinado Eletronicamente)

JUXSON ALVES PEREIRA JÚNIOR

Agente de Polícia Federal

GTED/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)

ANDRÉ RIBEIRO DE ALMEIDA

Perito Criminal Federal

GTED/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)

ALANCARLOS COSTA SILVA

Agente Administrativo

DPF/AGA/TO



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE RIBEIRO DE ALMEIDA, Perito(a) Criminal Federal**, em 17/07/2023, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JUXSON ALVES PEREIRA JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 17/07/2023, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=28849561&crc=AF0FE23F](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=28849561&crc=AF0FE23F).

Código verificador: **28849561** e Código CRC: **AF0FE23F**.